

Título do painel: “La calidad de la democracia: los aportes teóricos y los casos empíricos de contexto extremo de riqueza y pobreza en America Latina”

Título da apresentação: **"Qualidade da democracia no Mercosul: percepções e debates"**

Autoras: Regina Claudia Laisner (laisner@franca.unesp.br) e Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina (paula_pavarina@yahoo.com.br), Brasil, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca.

Resumo:

A formação de uma cultura política compatível com o consenso normativo mínimo para a manutenção da democracia revela-se tão importante quanto a formação de um sistema partidário eficiente, a institucionalização de mecanismos adequados de representação política ou a existência de meios de controle público da ação dos governos (Moisés, 1995). Tal cultura contribui para a legitimação do regime democrático, constituindo-se elemento fundamental para a sua consolidação, dado que valores e práticas tornam possível, em certa medida, a própria sustentação das instituições democráticas e determinam em larga escala o seu funcionamento. Colabora-se com o debate sobre a democracia, levando em conta diferentes aspectos e interconexões, a partir de uma seleção de variáveis da base de dados Latinobarômetro, para países do Mercosul.

Painelistas:

Henrique Carlos de Oliveira de Castro (responsável): Brasil/Universidade de Brasília.

Oswaldo Iazzetta: Argentina/Universidad Nacional de Rosario.

Rodrigo Stumpf González: Brasil/Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Patricio Valdivieso: Chile/Universidad de los Lagos.

Regina Claudia Laisner e Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina: Brasil/Universidade Estadual Paulista.

Palavras-chave: Mercosul; democracia; capital social.

"Qualidade da democracia no Mercosul: percepções e debates"

Regina Claudia Laisner, Brasil, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca, laisner@franca.unesp.br

Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina, Brasil, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", campus de Franca, paula_pavarina@yahoo.com.br

O trabalho de Robert Putnam (1996)¹ apresenta o resultado de cerca de vinte anos de observações e inferências a respeito das condições econômicas desiguais existentes entre o ‘norte’ e o ‘sul’ da Itália,

¹ O trabalho de Putnam de 1996 é chamado “*Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*”, uma tradução do título original em língua inglesa, “*Making democracy work: civic traditions in modern Italy*”, inicialmente publicado em 1993 pela Princeton University Press.

comprovando, ao fim, os efeitos positivos da ‘comunidade cívica’ sobre a atividade econômica. A ‘comunidade cívica’ seria composta por um “emaranhado de virtudes” que engloba posicionamentos além da simples busca por interesses individuais: a participação cívica, a igualdade política, a solidariedade, a confiança e a tolerância, além da vida associativa. A este conjunto de virtudes Putnam (1996:177) chama de capital social, sintetizando-o como “[...] características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”.

A participação cívica pode ser entendida como a participação nos negócios públicos, ou seja, o envolvimento espontâneo em assuntos que dizem respeito ou que respaldam questões ou causas públicas ou comunais. A vantagem da participação cívica seria extrapolar ou expandir o campo de atuação individual, além da busca pela satisfação de interesses individuais: “os cidadãos de uma comunidade cívica não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais do que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal” (Putnam, 1996:102).

Outra virtude da comunidade cívica é a igualdade política, que contempla direitos e deveres iguais para todos os cidadãos. Pressupõe-se a existência de “relações horizontais de reciprocidade e cooperação, e não [...] relações verticais de autoridade e dependência, [...] patronos e clientes ou [...] governantes e requerentes” (Putnam, 1996:102).

A solidariedade, a confiança e a tolerância também estariam presentes na comunidade cívica, garantindo condições de vivência e convivência profícua entre os indivíduos. Apesar de não obterem vantagens direta ou indiretamente decorrentes destas virtudes, os cidadãos da comunidade cívica seriam “[...] prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes” (Putnam, 1996:102), porque conseguem visualizar vantagens sociais decorrentes deste comportamento, o que conduziria a vantagens econômicas como consequência. Ao mesmo tempo a comunidade cívica consegue fazer germinar condições de confiança, que permitem a ela “[...] superar mais facilmente o que os economistas chamam de ‘oportunismo’, no qual os interesses comuns não prevalecem porque o indivíduo, por desconfiança, prefere agir isoladamente e não coletivamente” (Putnam, 1996:103).

Por fim, cabe sintetizar o posicionamento sobre a vida associativa. Putnam (1996:185) destaca a utilidade e o valor do associativismo durante toda a sua obra e ressalta a importância da “afiliação a grupos horizontalmente organizados (como clubes desportivos, cooperativas, sociedades de mútua assistência, associações culturais e sindicatos) [...]”. Aliás, o grande destaque da obra está em ressaltar a vantagem da vida associativa dissociada do interesse econômico! Este tipo de associativismo traria benefícios por meio de efeitos ‘internos’ sobre o indivíduo e sobre a própria associação, inculcando “[...] em seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público” (p.103), bem como a tolerância e a moderação. Igualmente traz efeitos ‘externos’ sobre a sociedade, ao promover “[...] o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos” (p.104).

O capital social, síntese da ‘comunidade cívica’ foi historicamente acumulado no ‘norte’ da Itália conduzindo, geração após geração, a uma organização social baseada em ações coordenadas entre indivíduos, por meio do estabelecimento de regras de cooperação e confiança mútua, e melhorando o desempenho institucional e eficiência da sociedade.

Putnam reconhece a importância do ambiente institucional, muito embora dele se distancie quando procede à sua investigação empírica.² A presença das instituições molda o ambiente e provê pistas sobre o comportamento dos ‘outros’, dos ‘outros grupos desconhecidos’ e do ‘desconhecido’ de uma maneira geral. O funcionamento (ou não-funcionamento) das instituições altera as condições de

² Isto não quer dizer que ele tenha prescindido deste escopo analítico ao tecer suas considerações. Pelo contrário: seu livro ‘Comunidade e democracia’ inicia-se com dois capítulos que apresentam suas considerações sobre as instituições!

confiança generalizada ou “confiança social”, derivada, segundo Putnam (1996:181 e seguintes) das regras de reciprocidade social e dos sistemas de participação cívica.

Na ausência de boas instituições pode ocorrer um tipo ‘perverso’ de economia; em sociedades ou comunidades onde não se confia no sistema policial ou judiciário, os cidadãos compensam esta ausência com o estabelecimento de grupos que, à margem do Estado, providenciariam tais bens públicos.

Há de se destacar que as instituições não são iguais ou não têm comportamento similar nas diferentes localidades por uma série de motivos: ou porque não existem regras formais específicas, ou estas regras são subótimas (e facilmente desconsideradas ou burladas), ou não são cumpridos (Aron, 2000:104). Ainda, os custos envolvidos com as instituições formais podem atuar em sentido contrário ao seu estabelecimento ou dinamismo. Neste caso ocorrem gastos relacionados à informação, desembolsos improdutivos ou contraproducentes ou custos de monitoramento ou de *enforcement* muito altos.

Outra vinculação possível ocorre quando se considera o impacto dos regimes políticos na atividade econômica. Estados totalitários tendem a apresentar baixos níveis de capital social, pois reforçam relações de dependência (ou hierárquicas, de ‘cima para baixo’) e não relações de interdependência (‘em rede’), entre as pessoas. Tal fato também encontra respaldo nas ideias originais de Putnam (1996:184) ao destacar “o fato de as articulações verticais serem menos úteis do que as [...] horizontais para solucionar os dilemas da ação coletiva talvez sejam uma das razões por que [...] a democracia revelou-se mais eficaz do que a autocracia no século XX.”

Um dos trabalhos que analisa o impacto dos regimes políticos é o de Evans (1996:1120). O autor ressalta o processo de destruição da confiança produzido nos países da América Latina pelos anos de regime totalitário. Este fato conduziu à “atomização” das pessoas, que “não deixa espaço para a auto-organização” social. Conclui que os regimes políticos também modificam as condições de geração de sinergia entre o Estado e a sociedade, escopo de sua análise, que catalisam o processo de desenvolvimento.

A estabilidade das instituições jurídicas ou legais é preconizada como salutar ao macro-ambiente econômico e social. Em bases teóricas, já foi ressaltado que “honestidade, confiança e observância da lei são aspectos enfatizados na maioria das definições filosóficas da virtude cívica” (Putnam, 1996:124). Em uma comunidade cívica as pessoas agiriam com respeito à norma legal, pois esta parece o melhor a fazer; ao contrário, onde há desconfiança nas instituições, seguir as regras ‘é para tolos’, e as leis são feitas para serem descumpridas, pois “[...] quase todos esperam que os demais violem as regras. Parece tolice obedecer às regras de trânsito, às leis do fisco ou às normas previdenciárias quando se espera que os demais venham a desobedecê-las” (Putnam, 1996:124).

A América Latina, em amplas linhas, é uma região com profundas desigualdades de renda e ao mesmo tempo onde se obtém os menores índices de confiança interpessoal e interinstitucional dentre todas as economias democráticas. Ou seja, apresenta baixo capital social, com base nos termos propostos por Putnam (1996), e pouco reconhecimento da funcionalidade institucional – sintetizado na desconfiança e incredulidade dos indivíduos com relação às instituições políticas (dirigentes e governo).

A existência da baixa confiança pode estar relacionada às condições históricas. As estruturas burocráticas existentes em Portugal e Espanha destinadas à administração de suas colônias podem ser sumarizadas no personalismo das relações econômicas e políticas, na regulação estatal e na má definição dos direitos de propriedade. Este comportamento induziu e manteve atividades *rent-seeking* nas colônias, que se perpetuaram na economia dos países da América Latina (Bjørnskov, 2009).

Em pleno século 21 ainda há vestígios ou resquícios de instituições exclusivistas do período colonial, que não se adaptaram ao complexo mundo das relações econômicas contemporâneas e que “[...] criaram um entrave, uma rede de instituições em conflito que agem sobre os indivíduos e que se refletem nas próprias instituições através de hábitos e padrões de comportamento” (Arraes et al., 2004:217). Estas lacunas ou falhas persistiram, uma vez que os vícios institucionais introduzidos pela

metrópole permaneceram junto a ‘grupos exclusivos’ – elites que continuaram valendo-se e beneficiando-se da governança frágil, sem interesse em modificá-las de modo a conferir maior dinamismo institucional e, conseqüentemente, econômico. Personificam, então, o comportamento dos ‘grupos exclusivos’ de Olson (1999), cujos benefícios da associação são apropriados privadamente, somente por parte daqueles que são membros. Deste modo, a assimilação e apropriação desigual dos benefícios gerados nos tempos coloniais permanecem contemporâneas e talvez sejam responsáveis por parcela da baixa confiança interpessoal, institucional e o dinamismo econômico na região.

A origem histórica comum dos países latino-americanos pode contribuir com uma possível explicação para a desconfiança e descrença nas atividades públicas que, ao contrário de serem entendidas como ‘sendo de todos’, são internalizadas como ‘sendo de ninguém’. Iguamente possibilitam o entendimento sobre o ‘repúdio’ ao envolvimento com atividades políticas, ensimesmadas em ‘grupos exclusivos’. O mal estar, a desconfiança e a apatia dos latino-americanos com as instituições – sobretudo formais – constituem-se em um obstáculo para o sentido geral de pertença da sociedade civil na América Latina. Este clima de ‘desconfiança generalizada’ é descrito por vários autores,³ mormente utilizando resultados de pesquisas de opinião,⁴ sendo várias as hipóteses que podem ser aventadas para a compreensão deste comportamento.

Com um ponto de vista voltado à análise das instituições democráticas, Booth; Richard (2009) observam correlação entre os grupos formalmente constituídos e países com democracia estabelecida há mais tempo, estando os grupos informais inversamente correlacionados com a longevidade da democracia.⁵ Aventam a explicação de que os anos de repressão política – incluindo guerras civis – podem ter contribuído para o estabelecimento de grupos informais, cerceando a exposição pública necessária para constituições das redes formais.

Em linha correlata de pensamento, pode-se constatar que os regimes políticos com repressão e vigilância que vigoraram na América Latina podem ter mantido a atividade política dentro de limites estritos e tentado acabar com a cultura participativa (Klesner, 2004), resultando em uma sociedade civil passiva, enfraquecida e desorganizada. É possível relacionar a baixa confiança com as marcas de autoritarismo político, sendo a desconfiança uma resposta da população, uma “forma de sobrevivência frente ao passado e à história” (Lopes, 2004). A desconfiança interpessoal e nas instituições que caracteriza o baixo capital social latino-americano parece acontecer e ter sido fomentado por meio de estruturas formais. A atitude de permanecer em silêncio e a decorrente passividade frente ao contexto político, econômico e social seriam reflexos desta desconfiança.

Por outro lado a implantação da democracia na América Latina pode não ter sido suficiente para garantir o acesso a oportunidades sociais e econômicas mais equitativas e nem a condições de participação e envolvimento com questões políticas de modo efetivo e proativo. Tal fato levou à desilusão ou ao descontentamento com as instituições políticas, demonstrando que os latino-americanos “[...] têm perdido a fé na habilidade e capacidade dos governos para resolver os problemas essenciais da sociedade (saúde, educação, moradia e segurança)”, segundo Baquero e González (2010:254).

Por fim, outra explicação possível para a baixa confiança interpessoal e institucional está relacionada à desigualdade de renda que caracteriza a América Latina. Estas ideias encontram respaldo em pesquisas empíricas: a desconfiança institucional, caminha *pari passu* com a percepção de que há injustiça

³ Rennó (2001) é um dos autores que destaca este fato, assim como Lagos (2000), Lopes (2004), Ottone (2007), Calderón (2008), Baquero e González (2010) e os autores que colaboram na obra de Moisés (2010).

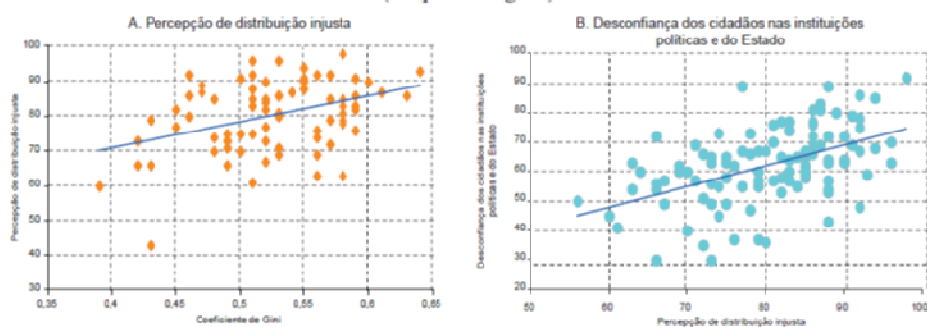
⁴ Como, por exemplo, as pesquisas conduzidas pela *Corporación Latinobarómetro* (compilada na base de dados Latinobarómetro), pelo *World Values Survey Association* (que conforma a base de dados World Values Survey) e pela Universidade de Vanderbilt, compilados na base de dados do *Latin American Public Opinion Project - LAPOP*.

⁵ Considerando em seu estudo um conjunto de oito países latino-americanos: Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá.

distributiva na região (Cepal, 2012), conforme pode ser visualizado na Figura 1.⁶ Ela sintetiza o mal-estar dos latinos com as instituições e a distribuição dos bens econômicos, políticos e sociais: “[...] os países da América Latina ainda mostram altos níveis de desigualdade, acompanhados de uma profunda desconfiança nas instituições (poder legislativo, poder judiciário e partidos políticos) e de flagrantes percepções de injustiça” (Cepal, 2012:24), em que pesem as destacadas melhorias em seu panorama socioeconômico.

A Figura 1 permite verificar que “em 2011, seis de cada dez latino-americanos confiavam pouco ou nada nas instituições políticas e do Estado, o que é um valor muito alto” (Cepal, 2012:24) e número mais elevado ainda tinha a opinião de que a distribuição da renda em seu país era ‘muito injusta’ ou ‘injusta’ (79% das respostas dos entrevistados, no ano de 2011). Também pode ser destacado o fato de que há relação entre as percepções *subjetivas* e dados *objetivos* com relação aos indicadores econômicos. As percepções individuais a respeito da justiça distributiva e da eficiência institucional variam em sintonia com o índice de Gini, pois “nos países e anos em que se verificou uma maior desigualdade objetiva na distribuição da renda observou-se uma maior percepção de injustiça distributiva e mais alta desconfiança nas instituições” (Cepal, 2012:24).

Gráfico 9
AMÉRICA LATINA (18 PAÍSES): PERCEPÇÃO DE QUE A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA É INJUSTA E DESCONFIANÇA NO PODER LEGISLATIVO, PODER JUDICIÁRIO E PARTIDOS POLÍTICOS, SEGUNDO O COEFICIENTE DE GINI^{a,b,c}, 1997-2010
(Em porcentagens)



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais de dados de Latinobarômetro, 1997, 2002, 2007, 2009 e 2010 e base de dados CEPALSTAT [on-line] <http://websie.eclac.cl/infest/ajax/cepalstat.asp?carpeta=estadisticas>.

- ^a Considera-se a soma das porcentagens de pessoas que responderam que a distribuição da renda no país era muito injusta ou injusta.
^b Inclui a confiança no poder legislativo (Congresso), no poder judiciário e nos partidos políticos. Para cada instituição, solicitou-se que as pessoas avaliassem na seguinte escala: 1) muita, 2) alguma, 3) pouca e 4) nenhuma. Calculou-se a média das respostas. Foram consideradas como manifestação de pouca ou nenhuma confiança as médias compreendidas entre 3 e 4.
^c Incluem-se dados de vários anos para cada país, motivo pelo qual cada ponto corresponde a um país e ano determinado.

Figura 1. Percepções sobre a justiça distributiva, confiança nas instituições políticas em função do coeficiente de Gini.

Fonte: Cepal (2012:25).

Esta controversa estrutura econômica da América Latina produziu um círculo vicioso que resultam na coexistência de pobreza e desigualdade e desconfiança das instituições políticas e dos políticos, o que seria característico de sociedades com grande fragmentação e desigualdade social, conforme hipótese de O'Donnell (1991, apud Baquero; González, 2010). A baixa escolaridade e qualificação (capital humano) conduzem à desigualdade de renda persistente, que gera maior percepção de injustiça

⁶ Estando estas variáveis, em geral, fortemente associadas ao longo do período de 1997 a 2011. Segundo o estudo da Cepal (2012), alguns países apresentam menor desconfiança nas instituições e também menor percepção quanto à injustiça distributiva (Costa Rica, Uruguai e Venezuela), outros apresentam valores intermediários (Colômbia e México) e ainda há de se destacar outros países com sistemática percepção desfavorável quanto à distribuição de renda e falta de confiança institucional (Argentina, Guatemala e Peru).

distributiva, com mais alta desconfiança nas instituições, menor envolvimento com questões políticas e pode representar a existência de instituições pouco efetivas, corruptas, exclusivistas, e pouco comprometidas com o bem-estar coletivo, o que conduz à perpetuação das condições de pobreza (Cepal, 2007). Isto porque “até mesmo as instituições políticas mais bem projetadas não conseguem atenuar os conflitos sociais, se estes são suficientemente profundos (Fukuyama, 2010).” Um círculo vicioso (talvez) sem fim...

Considerando especificamente os dados dos países que compõe o Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela – buscou-se compreender o comportamento das variáveis representativas do capital social, enquanto elemento que provê condições para o desenvolvimento democrático. As variáveis são provenientes do Latinobarometro (2012), base de dados focada especificamente na América Latina, que congrega a opinião de cerca de 19.000 pessoas, em 18 países da região, sobre importantes temas sociais, políticos, econômicos e culturais, em pesquisa realizada desde 1995.

A existência de confiança interpessoal é realidade para, em média, 20,77% dos latino-americanos.⁷ Conforme Tabela 1, que sintetiza os dados dos países mercosulinos, o Brasil é a nação que apresenta menor nível de confiança – o equivalente a metade da média observada na região. No extremo oposto, mais de 30% dos entrevistados no Uruguai manifestaram confiança interpessoal.

Tabela 1. Percentual de entrevistados que respondeu que se pode confiar na maioria das pessoas. Países do Mercosul, 2009.

Países	Pode-se confiar na maioria das pessoas	É melhor tomar cuidado com a maioria das pessoas*
Argentina	24,1%	75,9%
Brasil	10,2%	89,8%
Paraguai	13,8%	86,2%
Uruguai	30,9%	69,1%
Venezuela	24,1%	75,9%

Fonte: elaboração própria, com dados de Latinobarômetro (2012).

* Tradução sugerida por Rennó (2011) para a resposta “Uno nunca es lo suficientemente cuidadoso en el trato con los demás”.

Considerada igualmente variável representativa do capital social, elegeu-se a confiança em geral, motivada pela confiança existente em certas instituições públicas. Conforme síntese apresentada na Tabela 2, de modo geral se confia pouco nas instituições públicas no Mercosul.⁸

Tabela 2. Percentual de entrevistados que respondeu que se pode confiar nas instituições públicas. Países do Mercosul, 2010.

Países	Congresso	Poder judiciário	Partidos políticos	Administração pública	Municípios/ Governo local	Governo
Argentina	4,5%	3,6%	1,1%	3,0%	5,0%	7,2%
Brasil	8,1%	12,2%	5,0%	8,8%	8,9%	14,1%

⁷ Este valor compreende o resultado de uma pesquisa mais ampla, que avalia os países da América Latina como um todo: Argentina, Barbados, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

⁸ O trabalho organizado por Moisés (2010) analisa os porquês desta baixa confiança.

Países	Congresso	Poder judiciário	Partidos políticos	Administração pública	Municípios/ Governo local	Governo
Paraguai	4,3%	4,1%	2,7%	3,7%	9,6%	12,8%
Uruguai	15,1%	14,4%	5,0%	5,8%	9,9%	26,7%
Venezuela	16,7%	7,7%	6,5%	10,6%	10,7%	21,1%

Fonte: elaboração própria, com dados de Latinobarômetro (2012).

A instituição menos confiada pelos entrevistados são os partidos políticos. Na média, somente 4,0% da população do bloco manifestou confiança, sendo este percentual crítico na Argentina, com confiança da parte de pouco mais de 1% da população.

Na sequência aparece a confiança na ‘administração pública’, de uma maneira geral, que detém a confiança de quase 6,5% dos habitantes do bloco, em média. Por outro lado cerca de 10% dos venezuelanos, de maneira agregada, manifestaram confiança nesta instituição.

O poder Judiciário é reconhecido como muito confiável por quase 8,5% dos pesquisados pelo Latinobarômetro, sendo que no Uruguai e no Brasil este percentual supera os 10%. Já com relação ao poder Legislativo, o Congresso dos países avaliados detém a confiança de quase 9,7% da população, em média, sendo mais elevada a confiança na Venezuela e no Uruguai, com níveis superiores a 10%. De maneira oposta, na Argentina encontram-se os menores extratos de confiança em ambos os poderes. Quando se trata do Executivo, há duas instâncias políticas avaliadas pela Corporación Latinobarômetro. A administração local (‘municípios/ governo local’) consegue a confiança de cerca de 8,8% dos entrevistados do bloco e, entre todas as instituições públicas pesquisadas, o ‘governo’, subentendido como o Executivo central, é considerado o mais confiável. Com confiança de quase 16,4% dos indivíduos pesquisados, o ‘governo’ é relativamente mais bem avaliado na maioria dos países, obtendo aprovação superior a 20% em algumas nações, como no caso do Uruguai.

Avaliando os países do Mercosul de uma maneira geral, identificam-se dois comportamentos distintos: nações em que há maior confiança relativa nas instituições públicas – o Uruguai – e outro em que a desconfiança é generalizada – o que ocorre na Argentina.

Outro atributo do capital social considerado nesta pesquisa é a intensidade da vida associativa, representada nas Tabelas 3 e 4. Avaliadas conjuntamente, percebe-se que o percentual de entrevistados que responderam que são membros de associações do ‘tipo Putnam’ é maior do que em associações do ‘tipo Olson’, em todos os países considerados.

Tabela 3. Percentual de entrevistados que respondeu que é membro de organizações do ‘tipo Putnam’, por tipo de organização. Países do Mercosul, 2010.

Países	Religiosa	Cultural ou artística	Esportiva	Média
Argentina	15,8%	6,0%	11,5%	11,1%
Brasil	34,1%	3,7%	12,2%	16,67%
Paraguai	27,3%	4,0%	11,7%	14,33%
Uruguai	8,8%	4,9%	9,2%	7,63%
Venezuela	21,0%	7,2%	14,0%	14,07%

Fonte: elaboração própria, com dados de Latinobarômetro (2012).

A participação em associações ‘tipo Putnam’ ocorre em maior intensidade nos grupos religiosos, chegando a representar a situação de mais de um terço dos habitantes do Brasil. Por outro lado o país em que há menor envolvimento relativo em agrupamentos religiosos é o Uruguai. Já com relação à associação com finalidade desportiva, há uma média de participação de cerca de 10%. O associativismo

com finalidade cultural ou artística aparece com menor intensidade no bloco, representando a realidade de menos de 5% dos entrevistados.

Por sua vez é nitidamente menor o interesse em fazer parte de organizações ou associações do ‘tipo Olson’; enquanto cerca de 15% dos entrevistados mencionaram fazer parte de organizações ‘tipo Putnam’, menos que a metade, em média, associa-se em agrupamentos ‘tipo Olson’. Este padrão repete-se quando avaliados os dados individuais de todos os países pesquisados, sem exceção. As associações voluntárias são as que mais chamam a atenção dos habitantes da região, seguida pelas políticas e pelas comunais; as que menos possuem membros são as organizações com finalidade ecológica ou administradas via *Internet*.

Tabela 4. Percentual de entrevistados que respondeu que é membro das organizações do ‘tipo Olson’, por tipo de organização. Países do Mercosul, 2010.

Países	Político	Laboral	Estudantil	Interne	Comunal	Voluntariado	Ecológico	Outros	Média
Argentina	6,3%	5,5%	7,6%	2,8%	5,8%	9,2%	3,2%	0,3%	5,09%
Brasil	6,9%	4,9%	8,2%	7,0%	8,6%	8,6%	4,0%	n/d	6,89%
Paraguai	7,8%	6,1%	10,4%	0,7%	12,2%	11,6%	2,0%	4,8%	6,95%
Uruguai	8,9%	8,5%	6,8%	3,0%	3,5%	6,2%	2,8%	3,3%	5,38%
Venezuela	12,2%	7,3%	11,9%	4,2%	11,7%	14,9%	0,5%	0,4%	7,89%

Fonte: elaboração própria, com dados de Latinobarômetro (2012).

Curiosamente o país em que mais ocorre associativismo de ambos os ‘tipos’ é a Venezuela, com forte agrupamento do ‘tipo Putnam’ e elevada associação política, comunitária e voluntária, consideradas ‘tipo Olson’. No extremo oposto, os cidadãos de Uruguai não demonstram interesse revelado pela associação de ambas as naturezas.

Por fim, há uma variável que tenta captar o civismo presente nos países latino-americanos, representada pela obediência às leis, conforme Tabela 5.

Tabela 5. Percentual de entrevistados que responderam que se deve obedecer as leis sem exceção. Países do Mercosul, 2009.

Países	Obedecer à lei sem exceção	Seguir a consciência em ocasiões
Argentina	64,1%	35,9%
Brasil	74,5%	25,5%
Paraguai	76,3%	23,7%
Uruguai	67,1%	32,9%
Venezuela	73,0%	27,0%

Fonte: elaboração própria, com dados de Latinobarômetro (2012).

Esta última variável considerada considera a propensão a acatar os desígnios legalmente estabelecidos. Quando perguntados sobre se haveria ocasiões em que o respeito à lei poderia não ser seguido, um terço dos entrevistados pela Corporación Latinobarômetro respondeu que sim, que haveria situações em que a consciência própria ditaria as regras de conduta, a despeito da eventual ilegalidade deste ato.

Na Argentina e no Uruguai esta percentagem gira em torno de um terço dos entrevistados. Nos demais países parece haver um grande respeito à legalidade da parte dos cidadãos.

Quando instados a avaliar o apoio/ adesão à democracia há diferença nas opiniões obtidas nos países. Enquanto quase metade dos entrevistados no Paraguai não considera a democracia como um regime preferível aos demais, três quartos dos uruguaios demonstram sua preferência, conforme síntese na Tabela 6.

Tabela 6. Percentual de opiniões de entrevistados que responderam a respeito do apoio à democracia. Países do Mercosul, 2009.

Países	A democracia é preferível a qualquer outra forma de governo	Em algumas circunstâncias, um governo autoritário pode ser preferível	É indiferente a um regime democrático*
Argentina	67,2%	19,3%	13,5%
Brasil	60,9%	21,7%	17,4%
Paraguai	51,4%	34,4%	14,2%
Uruguai	78,0%	15,9%	6,2%
Venezuela	86,5%	8,8%	4,7%

Fonte: elaboração própria, com dados de Latinobarômetro (2012).

* Tradução livre a partir do original em espanhol: “A la gente como uno, nos da lo mismo un régimen democrático.”

A confiança interpessoal, em tese, possibilita o acesso e difusão de informações a respeito da conduta individual, estando inversamente relacionada à incerteza. A força dos vínculos e redes interpessoais facilita a difusão de informação e a confiança funcionaria como catalisadora da ação coletiva, da colaboração e cooperação entre indivíduos (Rennó, 2011), com consequentes resultados na atividade econômica. A confiança nas instituições, por sua vez, está relacionada à crença da população na probabilidade de obterem os resultados preferidos ou pretendidos se e quando as instituições cumprirem as expectativas públicas a seu respeito. Ou seja, relaciona-se à percepção pública de que as instituições cumprirão a missão atribuída a elas pela sociedade. A descrença nas instituições políticas gera um descompromisso dos cidadãos com a vida pública, que podem ignorar as leis e diretrizes que organizam a vida social e política e um menosprezo pelas instituições de representação (Moisés, 2010). Em suma, o capital social, segundo Putnam, colabora para a diminuição do risco das atividades econômicas e consequentemente dos custos de transação. O pressuposto do autor é de que o capital social proveria um apoio aos agentes em momentos difíceis, e o emaranhado de redes sociais possibilitaria o compartilhamento do risco e a diminuição das desvantagens decorrentes de equívocos de juízo. Considerando suas próprias palavras, “quando a negociação política e econômica está fundada em redes densas de interação social, diminuem os incentivos para oportunismo” (Putnam, 1995). Tal comportamento modifica a equação risco/ retorno de empreendimentos ou investimentos, alterando as condições em que as decisões e atitudes são tomadas. Em suma, toda relação econômica depende do estabelecimento de ‘regras do jogo’ informais: boa conduta, boa vizinhança, cooperação, princípios éticos e civismo.

Bibliografia

Aron, J. ‘Growth and institutions: a review of the evidence’. The World Bank Research Observer, v.15, n.1:99-135, Feb. 2000.

- Arraes, R.A.E., Barreto, R.C.S., & Teles, V.K. 'Efeitos do capital social e do capital político no desenvolvimento econômico: simulações para países e estados brasileiros'. *Análise Econômica*, v.22, n.41, mar. 2004.
- Baquero, M., & González, R.S. 'Obstáculos à construção de uma 'nova' sociedade na América Latina. Qual é a utilidade do conceito de capital social nesse processo?' *Revista Brasileira de Ciência Política*, n.3: 253-287, jan.-jul. 2010.
- Bjørnskov, C. 'Economic growth'. In: Svendsen, G.T., & Svendsen, G.L.H. *Handbook of social capital: the troika of Sociology, Political Science and Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2009.
- Booth, J.A., & Richard, B. 'Descifrando el capital social en las democracias de América Latina'. In: Gómez, L.H., & Booth, J.A. (ed.) *Perspectivas para la democracia en América Latina*. Toluca: Universidad Autónoma del Estado de México, 2009.
- Calderón, F. 'Una inflexión histórica: cambio político y situación socioinstitucional en América Latina'. *Revista de la Cepal*, n.96, Dic. 2008.
- Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). *Coesão social: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe*. Santiago (Chile), 2007.
- Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). *Panorama social da América Latina*. Santiago (Chile): Organização das Nações Unidas, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2012.
- Corporación Latinobarometro. *Latinobarometro*. Disponível em: <<http://www.latinobarometro.org/>>. Acesso em: 23 nov. 2012.
- Evans, P. 'Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy'. *World Development*, v.24, n.6:1119-1132, 1996.
- Fukuyama, F (ed). *Falling behind: explaining the development gap between Latin America and the United States*. Oxford: Oxford University Press, 2010.
- Klesner, J.L. Social capital and political participation in Latin America. In: *International Congress of the Latin American Studies Association*, 25., 2004, Las Vegas. *Proceedings...*
- Lagos, M. 'A máscara sorridente da América Latina'. *Opinião pública*, v.VI, n.1:1-16, 2000.
- Lopes, D.M.N.N. 'Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina'. *Opinião pública*, v.X, n.1:162-187, 2004.
- Moisés, J.A. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- Moisés, J.A. (org.) *Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- Olson, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: 1999.
- Ottone, E. (supervisão) *Coesão social: inclusão e sentido de pertencer na América Latina e no Caribe*. Santiago (Chile): Comissão Econômica para América Latina e o Caribe; Agencia Española de Cooperación Internacional, Secretaría General Iberoamericana, 2007.
- Putnam, R.D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- Rennó, L.R. 'Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina'. *Opinião pública*, v.VII, n.1:33-59, 2001.
- Rennó, L. 'Validade e confiabilidade das medidas de confiança interpessoal: o Barômetro das Américas'. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.54, n.3, 2011.
- Santos, E., & Baquero, M. 'Democracia e capital social na América Latina: uma análise comparativa'. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v.28: 221-234, jun. 2007.